



**Troncos Missioneiros: Guaranis e mobilidade social na região das Missões
(Rio Grande de São Pedro, primeira metade do século XIX, notas de pesquisa)***

Leandro Goya Fontella**

RESUMO: A possibilidade de mobilidade social de guaranis na região das Missões na primeira metade do século XIX constitui-se na temática deste texto. Pesquisas recentes vêm refutando abordagens historiográficas tradicionais que defendem que estes índios, pós-período reducional, haviam dispersado-se da região, miscigenado ou retomado o modo de vida pré-contato com os ibéricos. Assim, a serialização de registros de batismos revela que ao menos até meados da década de 1830 a população guarani ainda era significativa em tal espaço. Algumas trajetórias de vida desvelam certas estratégias, recursos e restrições experienciadas por tais sujeitos naquele cenário de desagregação do sistema produtivo em comunidades e avanço da povoação luso-brasileira. A análise desenvolvida insinua que os guaranis mantinham intensa interação com a sociedade envolvente, e que a habilidade em estabelecer alianças sociais constituía-se em fator condicionante para a mobilidade social e, também, para a permanência na região.

Palavras-chave: guaranis; mobilidade social; registros de batismos.

ABSTRACT: The possibility of social mobility of Guaranis in the Missões region in the first half of the nineteenth century constitutes the theme of this text. Recent research has refuted traditional historiographical approaches that argue that these Indians, post reductional period, had dispersed themselves from the region, interbreeding or resuming to the way of life previous to the contact with the Iberians. Thus, the serialization of baptism records shows that at least until the mid-1830s the Guaraní population was still significant in that area. Some life trajectories unveil certain strategies, resources and constraints experienced by these

* Neste texto utilizo-me dos resultados obtidos em minha pesquisa de mestrado (FONTELLA, 2013) que contou com o apoio financeiro do CNPq. Uma versão mais compacta deste texto foi apresentada como comunicação no *Fórum de Pós-Graduandos do I Colóquio Internacional Mobilidade Social e Formação de Hierarquias: subsídios para a história da população*, realizado entre 28 e 30 de novembro de 2013 na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Agradeço aos professores Gabriel Berute (PDJ-CNPq/UNISINOS) e Antônio Carlos Jucá (PPGHIS/UFRJ) por suas leituras atentas e pelas pertinentes observações realizadas no dito evento. Sou grato também ao Grupo de Pesquisa do CNPq *Antigo Regime nos Trópicos (ART)* que financiou parte das despesas que tive para participar do *Colóquio*, em especial, à professora Cacilda Machado (PPGHIS/UFRJ) que foi sempre solícita e articulou esta ajuda de custo.

** Mestre em História (UFRGS), doutorando em História Social (UFRJ), bolsista CAPES, integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional*.



individuals in that scenario of disaggregation of the production system into communities and the advance of the Luso-Brazilian population. The analysis developed suggests that the Guaraní remained in intense interaction with the surrounding society, and the ability to establish social alliances constituted in a conditioning factor for social mobility and also for their permanence in the region.

Keywords: Guaranis; social mobility; baptism records.

Introdução

Os guaranis habitavam os territórios meridionais da América desde os tempos pré-históricos. Antes do contato com os europeus, este povo ameríndio ocupava a porção leste do atual território do Paraguai, se estendendo até o oeste das zonas que atualmente formam os Estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina (o conjunto destas regiões compunha o Guairá), e rumo ao sul se esparramavam até a desembocadura do rio da Prata. Organizavam-se em famílias extensas, compostas por até sessenta famílias nucleares, e seguiam a liderança do *pai da linhagem*. Estas famílias se reuniam em aldeias que, por sua vez, formavam uma organização mais ampla, estruturadas em forma de províncias (*guará*). A divisão do território de cada aldeia obedecia às áreas de caça e também aos espaços das terras para agricultura (SOARES, 1997 apud RIBEIRO, 2010).

Em meio ao contato com os europeus durante o processo de colonização, a população guarani passou entre os séculos XVI e XVIII pelo processo jesuítico-reducional. No território que viria no século XIX a se tornar a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, os missionários da Companhia de Jesus, depois de algumas tentativas frustradas, se estabeleceram definitivamente no último quartel do século XVII. No lado oriental do rio Uruguai eles fundaram sete missões (ver mapas em anexo). Ali, sob o comando dos padres inacianos, milhares de guaranis fizeram florescer os chamados Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai. Até a sua incorporação aos domínios luso-brasileiros nas primeiras décadas do Oitocentos, todo aquele espaço ocupado pelos guaranis missioneiros formava para o Império espanhol um tipo de cinturão de defesa das fronteiras na região platina. Nesse sentido, seu papel fundamental era conter o avanço dos luso-brasileiros que buscavam avançar sobre aqueles territórios. Contudo, a população guarani, através de suas elites letradas, também possuíam aspirações autônomas, e atuou ativamente no processo histórico que levou a definição das fronteiras no espaço platino. O historiador Eduardo S. Neumann propôs um novo modo de interpretação deste processo, para este autor “a fronteira na América



meridional em meados do século XVIII apresentava-se *tripartida*, dividida entre os interesses das duas Coroas ibéricas e a luta guarani pela autodeterminação” (2004, p. 46).

O período que se seguiu após a expulsão da Companhia de Jesus da América hispânica, em meados do Setecentos, foi bastante conturbado. As disputas fronteiriças continuavam, e em meio a isso, a população guarani e os valiosos territórios e bens dos Sete Povos eram alvo de cobiça das Coroas ibéricas. Segundo, Elisa F. Garcia (2007), o Império português procurou desenvolver uma política de bom tratamento para atrair os guaranis e tomar posse do território dos Sete Povos das Missões. O domínio deste espaço pelos luso-brasileiros começou a ser feito em 1801, e ao longo das três primeiras décadas do século XIX ele se concretizou de forma definitiva. Durante esse processo, a administração dos povos missioneiros foi delegada aos chefes-militares comandantes da fronteira de Missões.

Por um longo tempo, algumas vertentes historiográficas que tratavam sobre o tema do processo reducional e da dispersão dos guaranis missioneiros difundiram explicações como a que defendia que estes indígenas, após a expulsão dos jesuítas das possessões hispânicas e portuguesas na América, haviam se dispersado, miscigenado ou então retomado a forma de organização social de antes do contato com as sociedades ibéricas (GOLIN, 1999; CESAR, 1980). Nas últimas décadas, refutando esta vertente explicativa, alguns pesquisadores tem se ocupado em investigar sobre as experiências históricas dos guaranis após o fim do período reducional¹. Em termos gerais, procurando analisar as estratégias dos próprios guaranis missioneiros, esses autores têm buscado mostrar como se desenrolou o processo de integração dos guaranis missioneiros na América portuguesa e, posteriormente, no Império do Brasil.

Neste texto não tenho por objetivo entrar neste debate com profundidade. Meu interesse é bastante específico e, de certa forma, humilde. Pretendo examinar as evidências empíricas que, em meu entender, mostram que ao longo de toda a primeira metade do século XIX muitos guaranis ainda habitavam a região das Missões e tinham um relacionamento bastante estreito com a sociedade envolvente, sendo que alguns deles conseguiram acessar recursos que lhes possibilitou galgar degraus na hierarquia social de tal sociedade.

População guarani em meados do Oitocentos na região das Missões

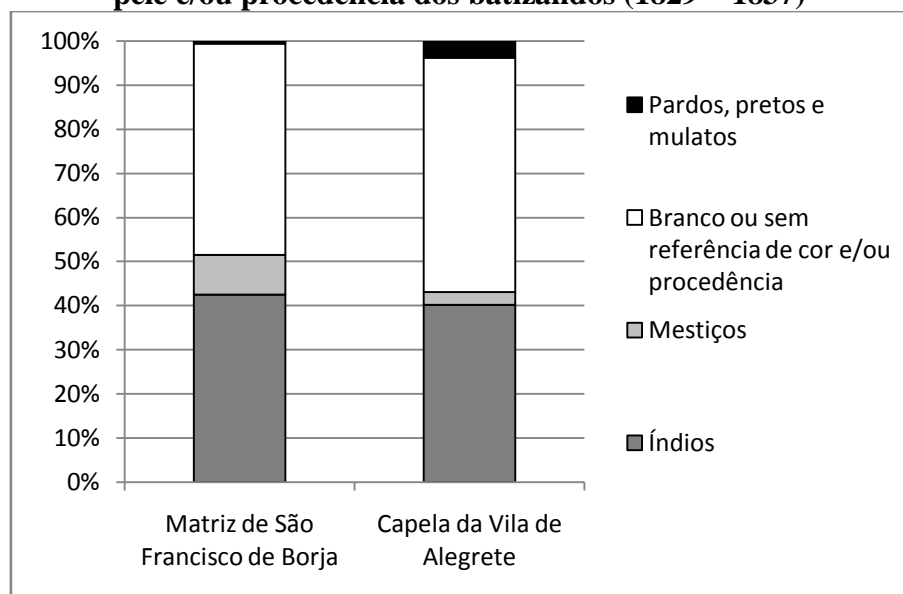
Ainda na terceira década do século XIX a população guarani formava um importante contingente populacional que habitava a região das Missões. Tal importância ficou expressada

¹Destaca-se: Menz (2001), Garcia (2007), Kühn (2006), Melo (2011), Farinatti (2011), Farintatti e Ribeiro (2010), Ribeiro (2013; 2011a; 2011b; 2012; 2010), Ribeiro e Fontella (2013); Fontella (2013; 2011).



no livro 1-B de batismos (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja. Do total de assentos batismais do dito livro, 89% eram de sujeitos livres e 11% de escravos. Decompondo o universo da população livre, desvenda-se que 51% dos batizados possuíam ascendência indígena. Na Capela da Vila de Alegrete, por seu turno, vê-se que 43% dos batizados foram de guaranis ou mestiços.² Por sua vez, na Capela de Santa Maria da Boca do Monte (1829 – 1834), 21% dos batizados foram expressamente discriminados como guaranis.³ Todavia, por meio de uma estimativa, Max Ribeiro averiguou que, entre 1798 e 1834, significativos 42% da população de tal localidade poderia ser classificada numa ampla categoria que denominou de: *índios, mestiços ou pardos*. Além disto, 25% da população neste amplo período era guarani, 19% escrava e apenas 14% branca (RIBEIRO, 2013, p. 89). Os dados de Ribeiro mostram que do mesmo modo que em São Borja e Alegrete, a sociedade de Santa Maria se caracterizava por uma significativa diversidade sociocultural.

Gráfico 1 – Distribuição dos assentos de batismos da população livre segundo a cor de pele e/ou procedência dos batizados (1829 – 1837)⁴



Fontes: Arquivo da Diocese de Uruguaiiana (doravante, ADU), livros de batismos: 1-B (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja; ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

²Sou grato ao Prof. Luís Augusto Farinatti por ter franqueado-me a consulta ao seu banco de dados com as informações dos assentos de batismos da Capela da Vila de Alegrete. Farinatti vem explorando tais dados em suas mais recentes publicações: FARINATTI (2010b; 2011a; 2011b; 2012).

³Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria (ACDSM), Livro 02 da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte (1829 – 1834). Agradeço ao colega historiador Max Roberto Pereira Ribeiro pela gentileza e generosidade de ter cedido-me o banco de dados que elaborou com as informações dos assentos batismais da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte. Estas vêm sendo exploradas por Max Ribeiro em suas mais recentes publicações: RIBEIRO (2011a; 2011b; 2012; 2013), FARINATTI; RIBEIRO (2010). Além disso, com base neste banco de dados, também já publiquei alguns artigos: FONTELLA (2011a; 2011b).

⁴Sob a alcunha *índios* estão aqueles sujeitos expressamente discriminados pelos párocos como índios, as Xinas e os filhos de Xinas. Os mestiços são apenas aqueles identificados literalmente como tal.



Acredito que a representatividade dos guaranis e mestiços diante o conjunto da população livre batizada nas duas localidades examinadas estão em conformidade com o que vem sendo demonstrado pela historiografia recente, ou seja, de que os guaranis não retomaram o modo de vida pré-contato com os ibéricos. Em pleno processo de aceleração do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro, ocorrido após o fim da Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), os batismos de guaranis e mestiços representavam significativa parte da população livre batizada. Considerando todos os registros de batismos, isto é, incluindo os assentos dos escravos, os batizando de ascendência guarani representariam 47% em São Borja e 34% em Alegrete.

Estes números se tornam ainda mais significativos quando levamos em consideração o notório episódio ocorrido em fins da década de 1820. “En 1828, enel marco de la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio de Brasil [Guerra da Cisplatina], el gral. Fructuoso Rivera encabezó la Vanguardia del Ejército del Norte que el 21 de abril de 1828 cruzó el rio Ibicuy rumbo a las Misiones Orientales” (FREGA, 2007, p. 35). Durante a retirada do Exército do Norte do Espaço Oriental Missioneiro, estima-se que seguiram ao General Fructuoso Rivera cerca de seis mil guaranis missioneiros (FAVRE, 2009). Encontrei evidências empíricas desta evasão em uma cópia da declaração da venda de umas das estâncias pertencentes ao povo de São Miguel, feita em dezembro de 1828. Este documento foi traduzido do idioma espanhol para o português em 1830. Nele constava que:

[...] conforme o literal sentido da oração e negócio. = Os Corregedores, Tenentes Corregedores e Caciques pelo presente [declaram] que em conformidade da ata celebrada em novembro, e para encher os objetos nela expostos temos resolvido vender, e desde já vendemos ao senhor Alexandre de Abreu [Valle Machado]⁵, a seus herdeiros e sucessores todos os campos compreendidos de baixo da denominação de Estância de São Vicente que especialmente pertence ao Povo de São Miguel pela quantia de dez contos de réis a conta das quais recebemos dois contos e quinhentos mil réis para habilitações, pagamentos de dívidas e gastos extraordinários das *famílias que voluntariamente seguem ao Exército do Norte*, e queremos que o resíduo o conserve em seu poder para o exigirmos em qualquer tempo que nos convenha, e conforme se poder fazer para que lhe sirva de especial hipoteca ao reembolso das instruções dadas em benefício das *famílias e indivíduos que não quizerem ou não puderem seguir o destino do Exército do Norte* em proveito dos interesses gerais dos Sete Povos e em liquidação e cobranças iguais a outros fins *especialmente benéficos às famílias emigradas*, e as que não são, contanto que pertençam ou tenham pertencido a comunidade até o dia 4 de dezembro do ano corrente e sendo para isso autorizados por nossos

⁵ Eleito para a primeira vereança na Câmara de Vereadores de Alegrete e primeiro chefe da Guarda Municipal desta Vila. Agradeço ao colega historiador Marcelo Matheus por me passar estas informações.



Estatutos, assim como, pelas ordem Exmo. Senhor General do Exército do Norte.⁶

Em seu relatório de 20 de abril de 1835, o presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, Fernandes Braga, lembrava que:

antes da invasão de Fructuozo Rivera no território de Missões no fim da última guerra existiam em sete Povos perto de 7 mil Índios que foram arrancados às suas habitações e colocados entre o[s] [rios] Quaraí e Arapeí na chamada Bella União. Fossem, porém, os antigos hábitos, ou a pouca comodidade que encontraram na nova Colônia, os Índios a desampararam e uma pequena porção deles regressou às Missões.⁷

Este foi um dos mais relevantes episódios do processo de dispersão dos guaranis missioneiros pela região platina e Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX. As estimativas populacionais sobre a dimensão da população guarani nas três primeiras décadas do Oitocentos são frágeis e controversas. Aurélio Porto (1943) compilou em um quadro estatístico diversos levantamentos contemporâneos.⁸ Deste quadro elaborado por Porto, selecionei todos os levantamentos a partir de 1801, e ainda incluí uma estimativa feita em 1811-12 por um padre que esteve na região das Missões realizando uma Visita Pastoral.

Quadro 1 – População guarani dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai nas três primeiras décadas do século XIX

Anos	Almas	Famílias
1801	14.010	3.477
1811-12	5.810	2.314*
1814	6.395	1.614
1822	2.350	586
1827	1.874	467
1835	377**	-

Fontes: para os anos de 1801, 1814, 1822, 1827 dados retirados de PORTO (1943, p. 416a). Para 1811-12: visita pastoral nº 11 (VP-11), Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ).⁹

* O padre visitador se referiu a fogos (unidades domésticas) e não a famílias.

** Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013.

⁶Fundo Justiça, Maço 43, Juízo de Paz, 1830, São Borja, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (doravante, AHRs) [*grifos meus*]. Ver FONTELLA (2013) [subcapítulo 3.6, mais especificamente a partir da página 252]. Além disso, em razão de sua importância, o mesmo receberá uma atenção especial em texto específico que possa explorar as ricas informações contidas nele.

⁷ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013. Sou grato a Marcelo Matheus pela indicação deste documento.

⁸ Gostaria de agradecer ao Prof. Fábio Kühn pela sugestão deste quadro estatístico feita no exame de qualificação de mestrado.

⁹ Agradeço a Marcelo Matheus por ter indicado-me este documento.



Embora não sejam estatísticas precisas, se pode apreender uma tendência geral, qual seja, a drástica diminuição da população guarani no espaço missioneiro durante o primeiro quartel do século XIX. Todavia, nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire encontra-se informações que dissonam destas estatísticas. Embora o viajante francês não tenha feito um levantamento populacional, seus escritos nos ajudam a refletir sobre a conjuntura histórica de dispersão dos guaranis. No dia 18 de janeiro de 1821 o botânico escrevera assim:

já me referi a quanto os índios eram apegados a Artigas; verdadeiramente, por esta razão, Ramírez¹⁰ declarou-se seu inimigo mortal e, como queria exterminá-los a todos, abandonaram Cambaí, Iapeju e as outras aldeias que ainda subsistiam em Entre-Rios, e vieram buscar sua salvação entre os portugueses. Desde agosto último, *mais de três mil* desses infelizes passaram o rio Uruguai pelo vau do Quaraí; muitos outros conseguiram atravessá-lo em Salto, Belém e Missões e nos asseguram que ficaram nas aldeias apenas alguns velhos e doentes, com absoluta incapacidade de se deslocar.

Com a maior parte dos homens mortos durante a guerra, as mulheres e crianças, principalmente, vieram refugiar-se junto aos portugueses. *A maioria desses índios foi encaminhada para a Capela de Alegrete, onde, parece, ganharão terras* (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 222-223). [grifos meus]

Pouco mais de um mês mais tarde, passando por São Borja, Saint-Hilaire registrou que,

quando os portugueses se tornaram senhores das sete aldeias da margem esquerda do Uruguai, aí encontraram apenas quatorze mil almas. [...]. *Presentemente, contam mais de quatorze mil almas nas Missões portuguesas.*

Todos os habitantes das aldeias de Entre-Rios passaram, como disse, para o lado do Uruguai; *calculam seu número em torno de sete mil e*, por conseguinte a população inteira da região, conhecida sob o nome de Missões do Paraguai, está reduzida ao décimo do que era o tempo dos jesuítas (2002, p. 273). [grifos meus]

Nas duas passagens expostas acima o viajante francês se refere a enormes contingentes de guaranis que haviam cruzado o rio Uruguai em direção à fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. Na primeira, Saint-Hilaire coloca que foram *mais de três mil índios* e que *a maioria foi encaminhada para a Capela de Alegrete*. Na segunda, além de colocar que *em torno de sete mil* índios tinham vindo de Entre-Rios para o Espaço Oriental Missioneiro, ele anota que em 1801 quando os portugueses incorporaram a dita região, haviam ali *apenas*

¹⁰ Francisco Ramírez (1786 – 1821). Foi o principal caudilho da província platina de Entre-Rios. Segundo Saint-Hilaire, Ramírez “começou por ser um dos capitães de Artigas e acabou por fazer-lhe guerra” (2002, p. 197). Sobre os caudilhos platinos ver, LUNA (1971).



quatorze mil guaranis. No entanto, afirma que *presentemente*, ou seja, em 1821, viviam na zona dos Sete Povos mais de *quatorze mil almas*. Esta última estimativa feita por Saint-Hilaire é por demais de discrepante com os dados apresentados por Aurélio Porto para o ano de 1822 (2.350 almas, ver quadro 1). Obviamente, não se pode cobrar precisão de nenhum dos dois. Aquele número exposto por Porto provinha de uma problemática estimativa baseada na obra do autor contemporâneo Gonçalves Chaves.¹¹ Já as considerações feitas por Saint-Hilaire eram oriundas, sobretudo, de suas observações e percepções. Possivelmente, o viajante francês impressionou-se pela intensa movimentação da população guarani que entrava e saía do Espaço Oriental Missioneiro por inúmeras motivações (guerra e instabilidade institucional, desarticulação do sistema produtivo de comunidades, estratégias familiares de migração, etc.),¹² e acabou superestimando o volume populacional desta.

Em que pesem as informações registradas por Saint-Hilaire, parece ser inegável que significativa parte dos guaranis missioneiros estava gradativamente deixando a zona das Missões no início do Oitocentos. Não obstante, como demonstram os registros de batismos e, até mesmo, as estatísticas contemporâneas, que precisam ser adequadamente problematizadas, importante núcleo populacional de ascendência guarani permaneceu na região das Missões e, ainda na década de 1830, compunha considerável parcela dos habitantes de tal espaço. Para Max Roberto Pereira Ribeiro (2013), os guaranis que ali continuaram eram, sobretudo, aqueles pertencentes à elite cabildante que se ocupava da administração dos Povos junto das autoridades luso-brasileiras. Segundo o autor, diante de uma conjuntura de incertezas provocada principalmente pelo contexto bélico, tal parcela de indígenas preferiu permanecer num ambiente em que conservavam *status*, vantagens e um mínimo de estabilidade para projetar o futuro.

Como demonstram os registros de batismos, importante núcleo populacional de ascendência guarani permaneceu na região das Missões e, ainda na década de 1830, compunha considerável parcela dos habitantes de tal espaço. Outro fato que os assentos de batismos mostram é que mesmo após mais de meio século da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, boa parte da população de ascendência guarani daquelas paragens mantinha-se como cristãos e procuravam o primeiro sacramento católico. Sem dúvida, a

¹¹ Para os números apresentados para o ano de 1822, Aurélio Porto coloca em nota de rodapé a seguinte referência “G. Chaves. *Mem. cit.* Esta é a lista de famílias, de 1801, calculadas pela média conhecida de 4 pessoas por família” (1943, p. 416a). Para os números apresentados para o ano de 1801 a referência é: “Gonçalves Chaves. *Memórias ecônomo-políticas*. Ver. Ins. R. G. S. 1932. 100” (1943, p. 416a).

¹² Sobre a dispersão dos guaranis missioneiros no Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX ver, MENZ (2001), FARINATTI; RIBEIRO (2010) e RIBEIRO (2011b; 2012; 2013).



esfera religiosa do batismo, e todo o simbolismo que dele emanava, se constituiu em uma forma de estabelecer laços de reciprocidade entre os próprios guaranis, e entre estes e demais sujeitos da sociedade envolvente.

Examinando alguns dados sobre o compadrio da população indígena em São Borja e Alegrete constatou-se que nesta, dos 659 batizados de descendentes de guaranis, em apenas 122 (19%) deles o compadrio foi estabelecido com ao menos um sujeito de ascendência indígena. Já em São Borja ocorreu situação semelhante, em apenas 129 (27%) de 477 registros de batismos verifica-se o estabelecimento de compadrio de mães e/ou pais guaranis com ao menos um indivíduo de ascendência guarani. Estes números revelam uma baixa procura de pais e, principalmente, de mães guaranis por formar laços de compadrio com casais e/ou indivíduos que, *a priori*, situavam-se no mesmo estrato social. Além disso, a procura de sujeitos de ascendência guarani para constituir vínculos de compadrio com estratos sociais que, também *a priori*, estariam situados em camadas inferiores da hierarquia social, como, por exemplo, os escravos, foi numericamente insignificante. A presença de ao menos um dos padrinhos escravo nos batizados de descendentes de indígenas não chegou a 2% em nenhuma das localidades (1,7% em Alegrete e 1% em São Borja). Estes dados sugerem que havia uma orientação entre os indígenas e mestiços de dilatar sua rede de reciprocidades com sujeitos que se colocavam para além do universo indígena, mas que quase não incluía sujeitos escravos. Analisando o compadrio de escravos em São João del Rei nas Minas Gerais entre 1736 e 1850, Sílvia M. J. Brügger (2007) averiguou comportamento semelhante. Naquela localidade, a autora averiguou que os homens livres eram 89,8% dos padrinhos das crianças escravas batizadas. Para Brügger, esta conduta, do ponto de vista dos cativos, representaria uma *aliança para cima*. No entanto, para se afastar de uma abordagem mecânica e funcionalista, a autora tem o cuidado de relativizar e refinar sua análise colocando que, “a caracterização do compadrio como uma ‘aliança para cima’ requer que se considerem outros aspectos que não apenas a condição jurídica dos padrinhos. Nesse sentido, é necessário pensar quem eram esses homens livres que apadrinhavam as crianças” (BRÜGGER, 2007, p. 318) [*grifos da autora*].

Como em todo o Brasil, durante o século XIX, as formas de hierarquização social se reiteravam por meio de uma rica diversidade de critérios como, por exemplo, a condição jurídica (livres e escravos) e a cor da pele erigida em forma de classificação social (branco, pardo, negro, índio, que também era uma condição jurídico-social). Todavia, embora esses critérios fossem os condicionantes basilares da hierarquização social, numa sociedade pautada



pelas relações pessoais, as relações de solidariedade e dependência precisam ser consideradas para se contextualizar as possibilidades que os diferentes sujeitos possuíam de acessar recursos (materiais e simbólicos), proteção, prestígio, etc. Nesse sentido, mesmo que a princípio um indivíduo livre branco estivesse num degrau acima de indígenas e escravos, estes poderiam galgar degraus na hierarquia social se inserindo em redes de relações de reciprocidade e compromisso. Assim, acredito que o conjunto de relações pessoais estabelecido pelos distintos atores sociais era também tão importante na definição de sua colocação na hierarquia social quanto os condicionantes basilares supracitados.¹³

Troncos missionários: experiências e horizonte de possibilidades de mobilidade social

O caso de Hilário Aray parece-me bastante elucidativo para que possamos refletir sobre algumas possibilidades que determinada parcela dos guaranis tinha de se inserir em certas esferas da sociedade envolvente. Este guarani, natural do Povo de São Nicolau, e sua esposa Maria do Carmo, também guarani e natural do Povo da Cruz da Província de Corrientes, levaram à Matriz de São Francisco de Borja, entre fevereiro de 1832 e janeiro de 1838, cinco filhos para receberem os santos óleos: Eldifonço, Atanazio, Bertolda, Bárbara e Antonio.¹⁴ Além disso, Hilário Aray foi, entre outubro de 1830 e janeiro de 1834, padrinho de oito batizados, sete guaranis e um escravo.¹⁵ Em quase todos estes oito assentos a sua procedência e patente militar foram declaradas. Já no ano de 1846, encontra-se o mesmo Hilário Aray como padrinho no batizado do crioulo Adam, filho de Francisca, ambos escravos de Antonio Mello e Joaquina da Silva.¹⁶ Porém, neste assento, não se registrou nenhuma informação sobre sua origem guarani, e tampouco fez-se menção de sua patente militar, processando-se, assim, um silêncio sobre suas raízes indígenas e trajetória militar.

Ao que indica os registros de batismos em que o Sargento Hilário Aray se faz presente, ele possuía certo prestígio entre a população guarani, haja vista que fora requisitado como padrinho em sete oportunidades em pouco mais de três anos. Este prestígio pode ter

¹³ Em recente dissertação de mestrado Marcelo Matheus (2012) analisou as relações estabelecidas por escravos na fronteira meridional do Brasil Imperial e concluiu que estas condicionavam de forma decisiva a posição que tais atores ocupavam na hierarquia social em que estavam inseridos.

¹⁴ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 46v [1832]; F 109f [1834]; F 115v [1835]; 144f [1838]; 144v [1838].

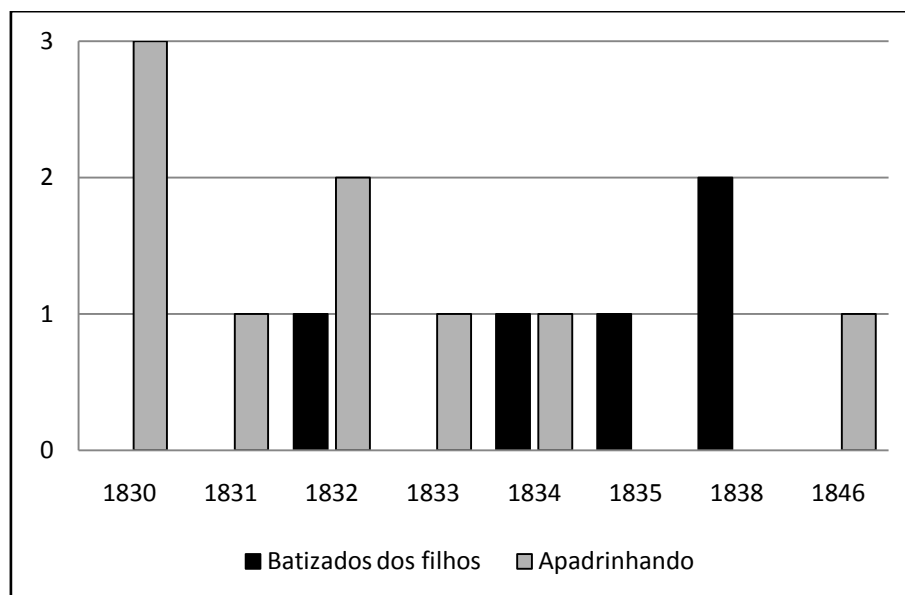
¹⁵ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 14v [1830]; F 20f [1830]; F 21f [1830]; 41v [1831]; 51v [1832]; 62v [1832]; 78v [1833]; 111f [1834]. Os sete assentos de batizados guaranis foram lavrados pelo padre AntonioPompeo Pais de Campos, enquanto o registro do batizando cativo foi lavrado pelo padre Marcellino Lopes Falcão.

¹⁶ ADU, livro de batismos 3-B (1845 – 1850), F 46f. Assento lavrado pelo padre Joze Coriolano de Souza Passos.



sido construído por meio de sua trajetória militar e, também, pelo seu considerável trânsito junto à sociedade envolvente. O Sargento Hilário Aray conseguiu tecer laços de compadrio com destacados indivíduos e casais da Vila de São Borja. O Capitão Fabiano Pires de Almeida¹⁷ e sua esposa Dona Anna Joaquina Lopes de Almeida, por exemplo, batizaram Bertolda e Bárbara. Por sua vez, Antonio foi batizado pelo cirurgião-mor e padre Marcellino Lopes Falcão. Os outros dois filhos foram batizados por pessoas livres não guaranis. Assim, quando se tratava de escolher padrinhos e madrinhas para seus filhos, o Sargento e sua esposa procuravam estender seus laços com indivíduos e/ou famílias situados em patamares mais elevados da hierarquia social vigente naquela sociedade. A mesma conduta não foi verificada quando ele e sua esposa (ou só ele) eram convidados para apadrinhar. Como já coloquei, Hilário Aray batizou sete guaranis e ainda dois escravos. Estas circunstâncias mostram a significativa penetração que o Sargento Hilário Aray e sua esposa tinham junto a outros grupos sociais para além dos guaranis. Apadrinhando, ele estendia sua teia de relações com as parcelas sociais subalternas. Em contrapartida, oferecendo seus filhos como afilhados, procurava tecer laços com os grupos sociais colocados em degraus superiores na escala social hierárquica da Vila de São Borja. Se estabelecermos uma comparação entre a cronologia dos batizados dos cinco filhos do Sargento Hilário e dos oito batizados em que ele figura como padrinho, podemos perceber de que forma ele construiu ao longo do tempo estes vínculos.

Gráfico 1 – Distribuição dos batizados dos filhos e apadrinhamentos do Sargento Hilário Aray (Matriz de São Francisco de São Borja, 1830 – 1846)



¹⁷ O Capitão Fabiano Pires de Almeida foi membro da primeira legislatura da Câmara de Vereadores da Vila de São Borja que deu início a suas atividades no ano de 1834.



Fontes: ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 14v [1830]; F 20f [1830]; F 21f [1830]; 41v [1831]; F 46v [1832]; F 51v [1832]; F 62v [1832]; F 78v [1833]; F 109f [1834]; F 111f [1834]; F 115v [1835]; F 144f [1838]; F 144v [1838]. ADU, livro de batismos 3-B (1845 – 1850), F 46f.

Quando, em 20 de fevereiro de 1832, o Sargento Hilário Aray e sua esposa Maria do Carmo deram em batizado o seu filho Eldifonço a José Lourenço Martins e a esposa deste, Maria Francisca de Almeida, o sargento já havia batizado ao menos quatro crianças guaranis. Estes dados sugerem que Hilário Aray, antes de conseguir tecer laços com os substratos sociais superiores, estendeu sua rede de relações entre os próprios guaranis. O estabelecimento de vínculos com boa parte da população guarani, possivelmente, foi o que conferiu ao Sargento Hilário Aray legitimidade para buscar constituir relações para além deste grupo social e, principalmente, com sujeitos e famílias proeminentes daquela região.

Analisando as relações de compadrio, Max Ribeiro (2013) percebeu que determinados casais guaranis estabelecidos em Santa Maria da Boca do Monte exerceram um papel fundamental para que os indígenas emigrados das Missões conseguissem construir novas formas de sociabilidades e parentesco, e pudessem se inserir com maior segurança no novo cenário social em que estavam chegando. Dois casais, em específico, acumularam um importante capital relacional por meio do compadrio com muitos guaranis e alguns escravos. Para o autor, as relações tecidas pelos indígenas evidenciam uma estrutura social hierárquica, tais casais “batizaram escravos e outras tantas mães guaranis solteiras, mas entregaram seus filhos, ao menos um deles, a um padrinho luso-brasileiro bem destacado socialmente em Santa Maria” (2013, p. 124). De acordo com Ribeiro, além do entendimento do idioma e certos códigos culturais guaranis, eram essas relações com sujeitos destacados na localidade que conferia àqueles casais prestígio social, e fazia com que ocupassem uma posição mais elevada naquela hierarquia social.

Retomando o caso do Sargento Hilário Aray, suponho que os fatores que fizeram com que este sujeito conquistasse prestígio entre os guaranis estavam intimamente ligados a sua trajetória militar. Em texto recente, Vânia Maria Losada Moreira argumenta que

o recrutamento e o serviço no Exército, na Armada e nas milícias também atingiram diferentes grupos indígenas que viviam sob a jurisdição do Estado imperial brasileiro. Apesar disso, a presença de índios servindo nas forças armadas imperiais e o impacto que isso representou para essa população ainda é tema pouco visitado pela historiografia (MOREIRA, 2011, p. 67).

Por seu turno, a tradição militar entre os guaranis vinha desde os tempos das reduções jesuítico-guaranis. Segundo Elisa Garcia,



tal como no caso dos *cabildos*, as milícias já existentes nos povos foram mantidas pelos portugueses, os quais introduziram, porém, algumas modificações. [...]. As milícias eram uma instituição muito antiga nas reduções, tendo servido em vários momentos como principais auxiliares na defesa dos interesses castelhanos contra os portugueses (2007, p. 274). [grifos da autora]

Ao longo da experiência reducional foram constantes os embates entre guaranis reduzidos com saqueadores de seus territórios como, por exemplo, os paulistas bandeirantes. Devido a isso, os guaranis tiveram que formar milícias, as quais, por sua vez, despendiam expressivos esforços bélicos para defender as reduções contra ataques externos. Segundo María Inés Moraes,

estão profusamente documentadas as sucessivas convocatórias das autoridades espanholas civis para enfrentar os ‘infiéis’ da região do Paraná e do Uruguai, desde que as reduções jesuíticas se afincaram no Alto Uruguai. Os guaranis participaram reiteradamente na defesa e no ataque da Colônia do Sacramento, assim como na construção e defesa de Montevideú, Maldonado e Minas, no século XVIII. Ainda que a destreza militar dos guaranis tenha sido objeto de opiniões encontradas, se tem destacado sua extraordinária facilidade para orientar-se e seu conhecimento profundo do território como traços singulares. Alguns autores sustentam que a destreza mostrada pelos guaranis nas guerras do período 1810 – 1830, em qualquer dos bandos nos quais se inseriram, derivava de sua provada experiência militar em ações e cenários reais. Os habitantes dos 30 povos que emigraram oficialmente à [República do] Uruguai em 1828 foram convocados a participar na batalha final contra os charruas, ocorrida em 1831 (2006, p. 69 [nota 40]).

Max Ribeiro demonstra que, em 1810, Francisco das Chagas Santos, comandante da fronteira de Missões entre 1809 a 1820, havia reunido um uma milícia que “contava com 200 guaranis os quais se encontravam destacados pelas diversas guardas da fronteira de Missões [...]” (2013, p. 46). Um ano mais tarde, o dito comandante “formou um regimento de cavalaria composto de guaranis missioneiros, o qual foi batizado pelo comandante de *Regimento de Milícias Guaranis a Cavallo*. Esta milícia era formada por 512 postos, todos estes eram ocupados por índios” (2013, p. 48). No início da década de 1820, em diversas passagens, Saint-Hilaire se referia as milícias e regimentos compostos por guaranis, dentre elas, destacamos este relato:

ESTÂNCIA DE SANTOS REIS, 2 de março [de 1821]. – Faz doze anos, começou-se a formar o regimento dos guaranis, composto hoje de quinhentos e tantos homens considerados somente soldados. Excetuados o coronel e o major, todos os oficiais são guaranis. [...]. A guerra, oferecendo-lhes ocasião de praticarem a pilhagem, contribuiu ainda para lhes dar gosto pela vida militar, demonstrando que era tal vez aquela que mais lhes convinha. [...]. Eles se distinguiram em diversas circunstâncias. Portugal lhes



deve grande parte dos sucessos obtidos na batalha de Taquarembó (2002, p. 278).

Já no ano de 1832, em pleno período imperial, em cópia de uma ata de sessão extraordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 21 de julho de 1832, anexada a uma carta, datada do dia 24 do mesmo mês e ano, remetida por Manoel Antônio Galvão a Sebastião Barreto Pereira Pinto, se fez referência a um Regimento de Cavalaria de 2ª linha composto por índios que estava estacionado na fronteira de Missões. Vejamos um trecho desta ata:

Leram-se todos os papéis algumas reflexões expendidas pelo Conselho e pelo Exmo. Marechal Comandante das Armas a quem o senhor Presidente convocou para assistir a sessão e prestar os devidos esclarecimentos na matéria. Submeteu o esmo senhor à resolução do Conselho os seguintes quesitos. Primeiro, se convinha retirar o *Regimento nº 25 de Cavalaria de 2ª Linha estacionado em Missões por ser todo composto de índios* que pela sua volubilidade pode tomar parte em alguma empresa que projetem os chefes e oficiais do estado vizinho que se asilarem nesta Província.¹⁸

Além disso, o Sargento Hilário Aray não foi o único guarani a ter tido sua patente militar registrada nos assentos de batizados da Matriz de São Francisco de Borja. No livro 1-B de batismos (1829 – 1837) encontramos ainda: 03 sargentos, Barnabé Baive, Claudio Irabuy e Pedro Aray; 01 tenente, José Patrício Ibamemby; e 01 capitão, João Bity.¹⁹ A marcante presença dos guaranis no universo militar desde os primórdios das reduções reforça o argumento de que este grupo mantinha vigorosas interações, ora de cooperação, ora de conflito, com os diversos grupos sociais que integravam a sociedade envolvente. A perene possibilidade de contendas na fronteira meridional do Brasil conferia relevante importância à hierarquização produzida pelas forças de segunda linha (milícias e, depois, Guarda Nacional) e proporcionava prestígio a muitos dos sujeitos que se engajavam nas campanhas militares.

Pelo que se viu até aqui dos fragmentos da trajetória do guarani Hilário Aray, notamos que o auge de seu prestígio se deu entre 1830 e 1838, período no qual foi bastante requisitado para ser padrinho e conseguiu estabelecer laços de compadrio com alguns potentados locais. Porém, em 1846 ele apadrinhou um escravo, e como já colocamos não foi identificado com sua patente militar e nem como guarani. O prestígio guerreiro dos guaranis parece não ter

¹⁸ Coleção Varela (CV – 5024); GALVÃO, Manoel Antônio. Publicado em Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Vol. 09, p. 112 – 113. [*grifos meus*]. A referência da carta é CV – 5023; GALVÃO, Manoel Antônio. Publicado em Anais do AHRs, Vol. 09, p. 111. Agradeço ao Professor Eduardo Neumann pela gentileza de nos ter indicado e disponibilizado cópias catalogadas destes documentos.

¹⁹ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837).



resistido à consolidação das fronteiras nacionais após o fim da Guerra da Cisplatina em 1828. Ao longo da década de 1830 como mostra a ata anexada à carta de Manoel Antonio Galvão eles passaram a ser vistos com desconfiança e foram paulatinamente sendo desmobilizados. Neste contexto, para Hilário Aray, agora não mais saudado como sargento, parece ter sido bastante importante as alianças que havia conseguido tramcar no momento em que desfrutava do seu prestígio militar.

Como já pudemos notar pelo registro de batismo do escravo Adam ocorrido em 1846, Hilário Aray não migrou da zona das Missões. Ele não só permaneceu na região como se estabeleceu como um *oficial de justiça servindo de porteiro dos auditórios da hasta pública*. Entre 1842 e 1854, encontramos quatro referências a Hilário Aray em distintos inventários *post-mortem*.²⁰ Nestes documentos encontramos mais uma relevante informação que ajuda a entender sobre outro recurso que possibilitou que este guarani pudesse se colocar na burocracia imperial. Para além das alianças com alguns potentados locais, que certamente influenciaram em sua inserção no cargo que exercia, Hilário Aray era letrado.

Para o contexto das reduções jesuíticas, Eduardo Neumann defende que “a alfabetização praticada nas reduções, mesmo restrita a uma elite, promovia sociabilidades inéditas, permitindo novos modos de relação com outros e os poderes” (2004, p. 45). Portanto, no contexto da primeira metade do século XIX, ao dominar a leitura e a escrita da língua, Hilário Aray se colocou como elite não só entre os guaranis, mas entre toda a população que em sua grande maioria era analfabeta. Além de seu prestígio militar, o domínio deste recurso, provavelmente, fez com que a proximidade com ele fosse valorizada pelos demais guaranis. Isto explica em parte porque era interessante aos demais guaranis estabelecerem laços de reciprocidade com ele. Ao que tudo indica, Hilário Aray era um mediador cultural entre os guaranis missioneiros e as esferas mais distantes da sociedade envolvente, situação que lhe conferia poder entre os guaranis e que o valorizava aos olhos dos potentados luso-brasileiros.

Ao dominar a leitura e a escrita do idioma português ele pôde interagir em outros campos que acabavam sendo inacessíveis para outros guaranis analfabetos e isto,

²⁰ Inventário de Manoel Gomes da Silva e sua mulher Rosa Maria Soares. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1842, processo: nº 1211, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante, APERS). Inventário de Manoel Pereira da Luz. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1846, processo: nº 3, APERS. Inventário de José Ferreira Machado. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo: nº 79, APERS. Inventário de Manoel dos Santos Loureiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo: nº 51, APERS.



consequentemente, como bem colocou Neumann, acabou fazendo com que pudesse se envolver em sociabilidades que o colocava muito próximo dos sujeitos mais poderosos daquela região. Certamente, a proximidade com estes sujeitos proporcionou a Hilário Aray e seu grupo familiar razoáveis recursos materiais com os quais conservaram condições de vida minimamente aceitáveis. Desta forma, diferente de muitos outros guaranis e mestiços, Hilário Aray e sua família não precisaram migrar do espaço missioneiro.

Para encerrar esta análise, cabe ainda colocar que o Tenente José Patrício Ibamimby teve uma trajetória muito semelhante à de Hilário Aray. José Patrício também era letrado, foi ele, por exemplo, que transcreveu a declaração da venda da Estância de São Vicente que examinamos acima. Entre 1830 e 1833, fora requisitado para ser padrinho em seis oportunidades.²¹ Seu filho foi batizado pelo Vigário Antonio Pompeo Pais²² em novembro de 1831, e por bom tempo exerceu a função de escrivão do Juiz de Paz. Logicamente, que as trajetórias de Hilário Aray e José Patrício Ibamimby apresentam sujeitos que conseguiram dominar recursos importantes e conseguiram se adaptar a um contexto pouco favorável à população de ascendência guarani. No entanto, mostram que não é descabido pensar que muitos guaranis e mestiços tiveram possibilidades de continuar na região das Missões mantendo intensas interações com os demais agentes sociais dentro dos sistemas normativos da sociedade envolvente. Em uma passagem de seus relatos, Auguste de Saint-Hilaire escreve o seguinte:

o índio, a que me referi anteriormente, é, entre os de sua raça, uma notável exceção. Além de saber ler e escrever, fala bem o português, anda bem vestido e é honesto; goza de certa riqueza; possui uma estância, cavalos e gado; disseram-me que administra metodicamente seus negócios e casou suas filhas com homens brancos ([1821] 2002, p. 329).

O naturalista francês se surpreendia com um sujeito indígena que havia conseguido se estabelecer como produtor, dominava o idioma português, tanto em fala quanto em leitura e escrita, e mantinha estreitas relações com a sociedade envolvente, inclusive, casando suas filhas com homens daquela sociedade. Para Saint-Hilaire, este indivíduo se configurava em um desvio da regra. Entretanto, as trajetórias de Hilário Aray e José Patrício Ibamimby, talvez, sejam apenas dois exemplos de tantas outras experiências históricas de guaranis que, infelizmente, não deixaram vestígios. Neste sentido, o índio referido por Saint-Hilaire deixa de

²¹ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 15v [1830]; F 20v [1830]; F 23v [1830]; F31v [1831]; F67f [1833]; F 75v [1833].

²² ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 42v [1831]. Não podemos afirmar que este foi o único filho que teve José Patrício Ibamimby.



ser uma notável exceção. E ainda que as trajetórias destes sujeitos não tenham se constituído como a norma, várias das experiências vividas por eles estiveram dentro do horizonte de possibilidades para muitos dos indivíduos de ascendência guarani que compunham aquela sociedade.

Considerações finais

Procurei, neste texto, demonstrar que embora a população com ascendência guarani estivesse passando por um processo de dispersão da região das Missões, ela ainda representava significativa parte do conjunto populacional que habitava aquele espaço. O exame dos registros de batismos mostrou que em sua maioria esta população ainda continuava a buscar pelo primeiro sacramento católico e, por meio deste, procurava constituir laços de reciprocidade e dependência com sujeitos estabelecidos em patamares mais elevados da hierarquia social.

O cotejo com outros documentos levou-me a explorar a trajetória do guarani Hilário Aray. Por meio desta, vislumbrou-se alguns dos diversos campos sociais que se abriam, ou fechavam, para os guaranis e mestiços dependendo dos recursos que possuíam ou conseguiam acessar. Dentre estes campos, destacaram-se: o serviço militar, que podia proporcionar prestígio guerreiro aos indivíduos mobilizados; a formação de alianças sociais através do compadrio, mostrando a utilização estratégica e, até mesmo, pragmática da esfera religiosa; e o restrito, mas possível, ingresso em atividades da burocracia Imperial. Em que pese que a trajetória analisada fosse de um sujeito que, talvez, fizesse parte da elite guarani, acredito que ela pode elucidar alguns dos campos de interações em que os guaranis e mestiços se inseriam ou podiam adentrar, caso reunissem recursos suficientes. Pela reunião destes recursos e pela capacidade de se adaptar aos sistemas normativos da sociedade envolvente passavam as possibilidades de continuar na região das Missões ou então migrar dela.

Referências bibliográficas

- BRÜGGER, S. M. J. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736 – 1850). IN: CARVALHO, J. M. de. (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 313 – 350.
- CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul**: período colonial. Porto Alegre: GLOBO, 1980;
- FARINATTI, L. A. E. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na fronteira meridional (1817-1844): primeiras notas de pesquisa. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011.



- _____. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In: **Anais do X Encontro estadual de História**, 2010, Santa Maria (RS). 2010b.
- _____. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na fronteira meridional (1817-1844): primeiras notas de pesquisa. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011a.
- _____. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo (SP). Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011b.
- _____. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c. 1820-c.1855). In: XAVIER, R. C. L. X. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. 1ed.São Paulo: Alameda, 2012, p. 143-175.
- _____; RIBEIRO, M. R. P. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: **Anais do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**, 2010, São Leopoldo. XII Simpósio Internacional IHU. São Leopoldo - RS: Casa Leiria, 2010.
- FAVRE, O. P. **O Caso de unPuelbo de Índio: historia do êxodo guarani-misioneroal Uruguai** (Bela Union - San Borja delYy). 2ª ed. Tierradentro, Durazno, 2009.
- FONTELLA, L. G. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro** (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c.1860). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.
- _____. Luso-brasileiros, guaranis, crioulos e africanos: notas de pesquisa sobre demografia histórica, escravidão e hierarquias sociais no sul do Brasil (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 - 1822). In: **Anais da IX Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2011a, p. 282 – 304.
- _____. Da África ao Brasil Meridional: presença africana no Rio Grande de São Pedro (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 – 1822). In: **Anais eletrônicos do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011b.
- FREGA, A. Conflictos fronterizosenlaconformación estatal, 1828 – 1830. In: **Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Edição Especial**. -[Brasília, DF]: A Fundação, 2007.
- GARCIA, E. F. **As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2007.
- GOLIN, T. **A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos Jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- KÜHN, F. O “Governo dos Índios:” a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). In: **Anais do III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis (SC): UFSC, 2007.



- MELO, K. M. R. da S. e. **A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo:** histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.
- MENZ, M. M. **Tesouro das Missões:** a integração do Espaço Oriental Missioneiro na economia sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2001.
- MORAES, M. I. La ocupación de espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay. In: **Ciencia & Ambiente.** Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.
- MOREIRA, V. M. L. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE M. H; COMISSOLI, A. (Org.). **Homens e armas:** recrutamento militar no Brasil - Século XIX. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2011, v. , p. 65-94.
- NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F; GUAZELLI, C. A. B; _____ (orgs). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004, p. 25 – 46.
- PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- RIBEIRO, M. R. P. **Estratégias indígenas na fronteira meridional:** os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.
- _____. **A Aldeia de Santa Maria:** guaranis missioneiros no extremo sul do Brasil (1814 – 1822). Monografia (graduação), Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Santa Maria, RS, 2010. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxiYW5jb2RlZGFkb3MxdW5pZnJhfGd4OjViZmJmMjc4NDk0NDY0Yjk>>. Acesso em 19 de fev. de 2013.
- _____. Construindo Alianças: guaranis das Missões na Fronteira do Rio Pardo (1814-1845). In: **Anais do I Congresso Internacional de História Regional Mercosul:** integração e desencontros, 2011, Passo Fundo - RS. I Congresso Internacional de História Regional (2011), 2011a.
- _____. Guaranis Missioneiros e Estratégias Familiares em um Contexto de Dispersão (Capela de Santa Maria). In: **Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA,** 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH São Paulo, julho 2011, 2011b.
- _____. A 'invisibilidade' dos Índios: família e migração indígena a partir das fontes paroquiais (Fronteira do Rio Pardo, 1801-1822) Notas de Pesquisa. In: **Anais do XI Encontro Estadual de História Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul / ANUPH-RS,** 2012, Rio Grande - RS. Anais do XI Encontro Estadual de História Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul / ANUPH-RS, 2012.
- _____; FONTELLA, L. G. O Êxodo Missioneiro: um estudo sobre os fluxos migratórios de guaranis das Missões (Fronteira do Rio Pardo). In: **Anais da X Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:** produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2013, p. 27 – 46.



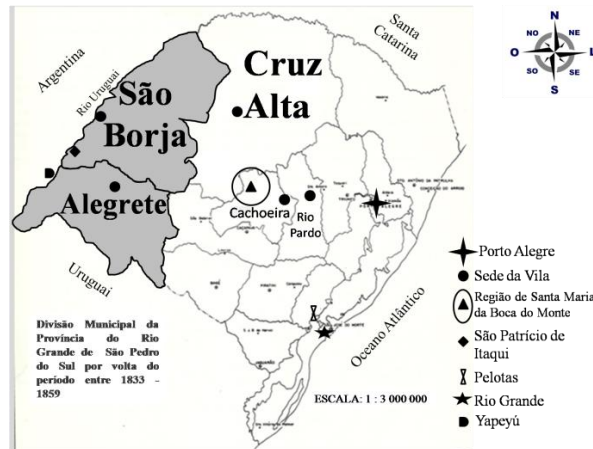
SAINT-HILAIRE, A. de. **Viajem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002.

SOARES, A. L. R. **Guarani**: organização social e arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.



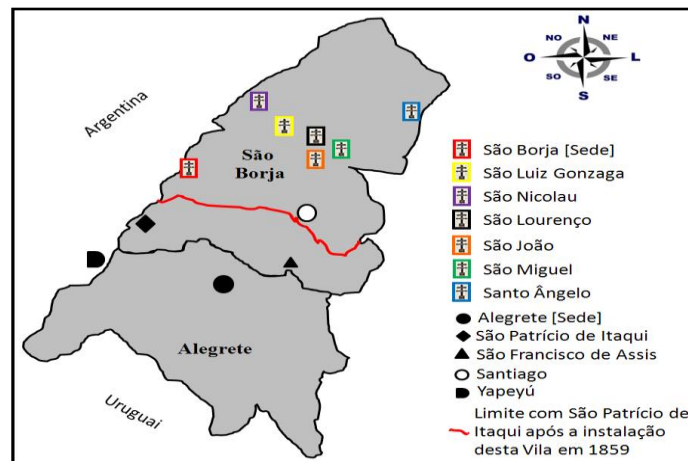
ANEXOS

Mapa 1 – Divisão municipal do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833 – 1859)²³



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; MironZaions, 1979.

Mapa 2 – Divisão municipal da Vila São Borja e Vila de Alegrete (1833 – 1859)²⁴



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; MironZaions, 1979.

²³ Esclarece-se que as divisões municipais apresentadas no mapa 1 são apenas aproximações. Entre 1833 e 1859 diversos municípios foram sendo criados, modificando a divisão municipal exposta neste mapa. É o caso, por exemplo, de Uruguaiana, município criado em 1846 na porção oeste da Vila de Alegrete. No entanto, o território sob jurisdição da Vila de São Borja somente foi sofrer alterações em 1858, quando criada Câmara de Vereadores da Vila de São Patrício de Itaqui, a qual só foi instalada em 1859 (ver mapa 2).

²⁴ Embora a localidade de Santo Ângelo esteja indicada no mapa, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), ela fazia parte da jurisdição da Vila de Cruz Alta. Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981, p. 35.